



Partilhando Soluções para a Água no Mundo Lusófono

Um contributo para o desenvolvimento do sector da água no mundo

6º Fórum Mundial da Água | 13 Março 2011



Parceria Portuguesa
para a Água

“A Reforma Institucional em curso do Sector da Água e do Saneamento em Cabo Verde”

Por: António Pedro B. BORGES

Coordenador da Comissão de Reforma do Sector da Água e Saneamento

MAHOT - Praia, Cabo Verde

As especificidades de Cabo Verde

- O INGRH como serviço de águas subterrâneas (razões históricas e naturais);
- Os limites da exploração das águas subterrâneas;
- A intrusão salina e a perda de qualidade da água;
- O turismo e o aumento exponencial da demanda;
- A dessalinização da água do mar como resposta imediata ao aumento da demanda dos centros urbanos:
 - Sal, São Vicente, Boavista e Maio – 100 %;
 - Santiago (Praia, 80 %), Santo Antão (Porto Novo), São Nicolau (em fase de instalação).

O PAGIRE e a mudança de paradigma;

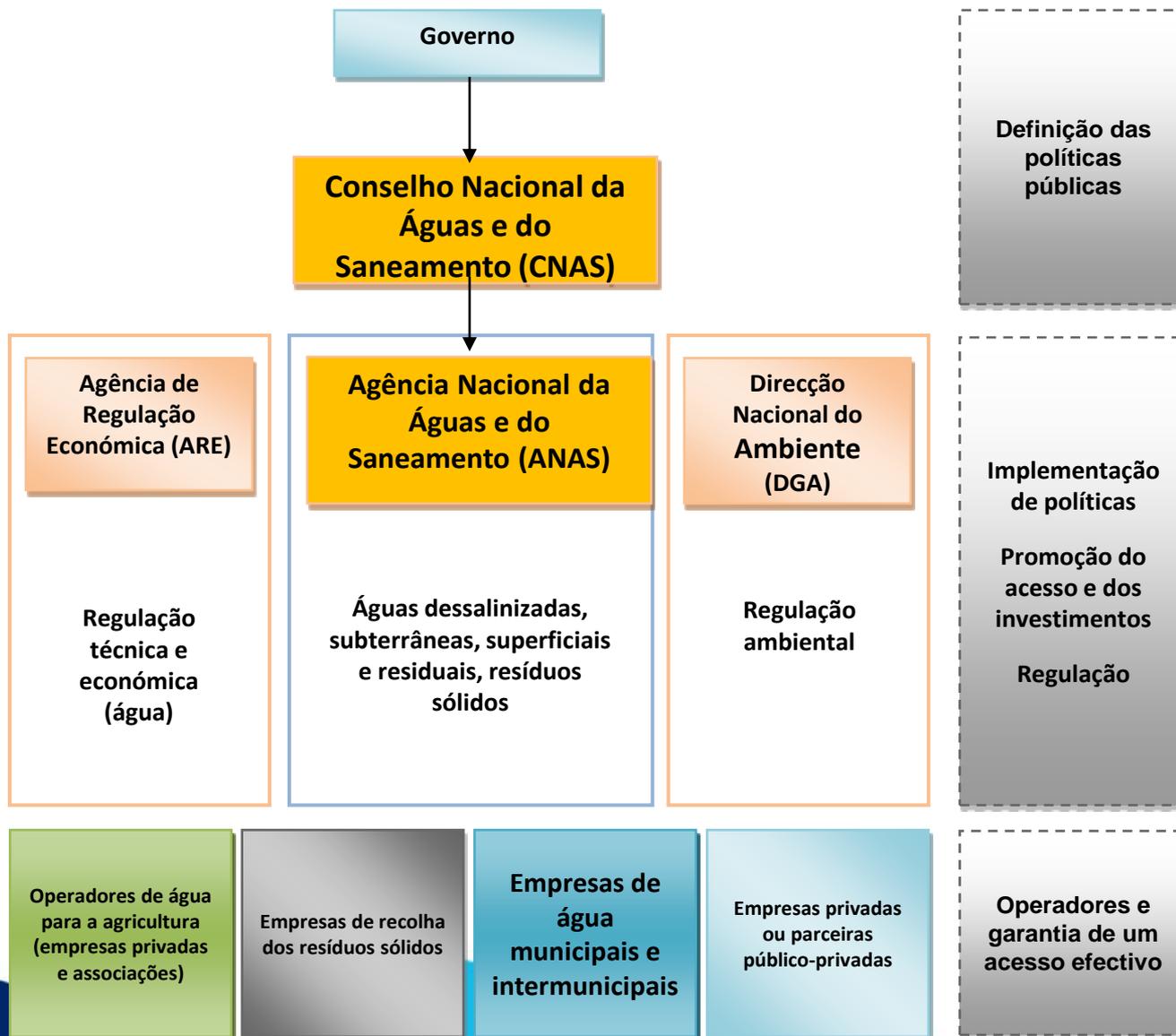
- A constatação de uma previsível crise hídrica;
- As potencialidades inexploradas das águas superficiais:
 - Regime torrencial das precipitações, com acentuada erosão e elevados índices de transporte sólido;
 - Elevada inclinação das encostas e das linhas de água;
 - Elevados níveis de evapotranspiração;
 - Falta de dados hidrológicos;
 - Não domínio das técnicas de valorização (dimensionamento de obras, construção e mesmo falta de equipamentos e de recursos humanos especializados).
- A necessidade premente de uma gestão mais racional dos recursos;
- As fragilidades institucionais e a necessidade da revisão do quadro legal e institucional.

A necessidade da reforma

Carta de Políticas (a condicionante para o MCA II):

1. Aumentar o acesso a água potável e saneamento básico;
2. Facilitar a integração da gestão dos recursos hídricos e do saneamento básico;
3. Implementar uma técnica efectiva e económica de regulação;
4. Assegurar a sustentabilidade financeira do sistema com ênfase na recuperação dos custos;
5. Promover a criação de empresas de água e saneamento viáveis
6. Atrair o sector privado;
7. Assegurar a sustentabilidade e autonomia institucional.

A nova arquitectura institucional



Os principais eixos da reforma

1. A criação de um Conselho Nacional de Águas e Saneamento (**CNAS**);
2. A criação de uma Agência Nacional de Águas, **ANAS** sob a tutela e orientação política do CNAS;
3. A criação e o fomento de operadores do serviço de água mais eficientes e com garantias de sustentabilidade financeira (**empresas intermunicipais**, parcerias público-privadas, etc.);
4. Reforço do papel da **ARE**.

Cronograma de implementação da reforma

CRONOGRAMA DAS PRINCIPAIS ACÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA

| Actividades | Dez/11 | Jan/12 | Fev/12 | Mar/12 | Abr/12 | Mai/12 | Jun/12 | Jul/12 | Ago/12 | Set/12 | Out/12 | Nov/12 | Dez/12 | |
|------------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--|
| Plano Director Nacional | ■ | | ■ | | | | | | | | | | | |
| Desenho Institucional | ■ | | ■ | | | | | | | | | | | |
| Reforma Legal | | ■ | | | ■ | | | | | | | | | |
| Plano Director da Ilha de Santiago | | ■ | | | | ■ | | | | | | | | |
| Estudo Viabilidade e de Tarifas | | ■ | | | | ■ | | | | | | | | |
| Instalação da ANAS | | | | | | | | ◆ | | | | | | |
| Instalação das Águas de Santiago | | | | | | | | | | | | | ◆ | |

O papel da Cooperação Internacional

- **MCC** e o II Compacto (A Carta de Políticas) – assinado em 10 Fev. 2012 para um período de 5 anos com 45 milhões de dólares para o projecto WASH;
- A Cooperação **Luxemburguesa** (o CVE 054, 069, 070 e 078) – CVE 078 – 11 milhões de EUROS - forte intervenção no saneamento individual;
- A Cooperação **Francesa** (Projecto de Assomada – 10 milhões de EUROS, criação de uma ETAR e aumento da disponibilidade de água);
- A **União Europeia** (Coordenação).

Aspectos inovadores da reforma

1. A criação de um **fundo de financiamento das infra-estruturas** de água e saneamento alimentado pelos projectos referenciados e pelo Estado;
2. Promoção da **economia de escala** com a criação de **empresas intermunicipais** de água e saneamento nas diferentes ilhas;
3. A instituição de uma **liderança institucional** clara e forte do sector do **saneamento** e a sua consequente priorização nas políticas do Governo;
4. A promoção da **gestão integrada**, com uma única entidade a gerir e a regular tecnicamente as águas superficiais, subterrâneas, dessalinizada e residuais;
5. A **valorização das águas superficiais** como alternativa viável para minorar o deficit crónico de recursos hídricos em Cabo Verde.

Objectivos/Desafios

1. Fomento de um **serviço de água** de qualidade em todo o território nacional e com sustentabilidade técnica e financeira (empresas intermunicipais e atracção do sector privado);
2. Promoção do **saneamento** como sector prioritário das políticas do Governo e com uma liderança institucional clara e forte;
3. Promoção do reforço do papel da **regulação**, funcionando com independência e na plenitude das suas atribuições estatutárias e legais;
4. Garantia do **financiamento do sector** com a criação do fundo de financiamento das Infra-estruturas (na base de critérios técnicos e económicos definidos pelo Plano Director Nacional);

Obrigado pela vossa atenção !

